

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 818, DE 2018

REQUERIMENTO Nº ____/2018

(Do Sr. Paulo Teixeira)

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública desta Comissão Mista para discussão dos itens da Medida Provisória nº 818/2018 que trazem alterações propostas para a Lei da Mobilidade Urbana. Sugiro como convidados para participar desta reunião:

- 1 representante da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbano do Ministério das Cidades;
- 1 representante do Movimento pela Democratização do Transporte (MDT);
- 1 representante da Associação Nacional de Transportes Público (ANTP); e
- 1 representante da Associação Brasileira de Municípios (ABM).

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.587/2012 (da Mobilidade Urbana) prevê no § 3º do art. 24 que o Plano de Mobilidade Urbana deverá ser compatibilizado com o plano diretor municipal no prazo máximo de 6 anos da entrada em vigor da lei. Bom lembrar que este prazo já é uma prorrogação do texto original, que estipulava o prazo de 3 anos a partir da entrada em vigor da lei.

A MPV-818 prevê o aumento de prazo para 7 anos.

Já o § 4º do mesmo art. 24 da Lei da Mobilidade prevê que os municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta lei deverão fazê-lo em até 6 anos de sua entrada em vigor, após o qual os municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais.

Novamente, a MP busca prorrogar o prazo para 7 anos.

Nesse sentido, como se trata de prorrogação reiterada, é fundamental que se pense numa política específica para que a lei de fato possa ser cumprida. Assim, sugiro a realização desta audiência pública a fim de discutir o assunto com os atores



governamentais e da sociedade civil que lidam com ele mais diretamente e apontar possíveis alternativas.

Considerando que a presente Comissão Mista tem por finalidade propiciar oportunidades de aprofundamento do conteúdo da Medida Provisória a fim de subsidiar seu Relator na composição do seu trabalho, reputo importante a realização da audiência pública sugerida e conto com o apoio dos demais membros deste colegiado para sua materialização.

Brasília _____ de março de 2018



PAULO TEIXEIRA

Deputado Federal (PT/SP)



CD/18548.92309-26